



(Tradução)

Interpeleção Escrita

Segundo o relatório de análise do Comissariado Contra a Corrupção (CCAC), o Governo não respeitou o quadro jurídico estabelecido, tendo adoptado ilegalmente o regime de contrato de prestação de serviços e originado diversas situações ilegais que não estão em conformidade com o interesse público. Conforme o CCAC, este foi o caso mais grave de violação da lei. Mas, aquando do debate das Linhas de Acção Governativa da área dos Transportes e Obras Públicas, em Dezembro do ano passado, os dirigentes do Governo não conseguiram explicar aos Deputados da Assembleia Legislativa a diferença e os critérios objectivos entre a classificação de “caso mais grave de violação da lei” e de “desvio e vício”, razão pela qual interpelei o Governo sobre isto no ano passado.

Na resposta datada 28 de Janeiro do corrente ano, o Director dos Serviços para os Assuntos de Tráfego admitiu que, aquando da implementação do novo modelo de serviços de autocarros, os serviços competentes não cumpriram com rigor o regime jurídico da concessão de serviços públicos e, pelo contrário, aplicaram o regime de aquisição de serviços. Esta situação deu azo, então, aos problemas no âmbito da escolha da forma de contrato para celebração entre o Governo e as três companhias de autocarros. No meu entender, os problemas relacionados



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

com a escolha da forma de contrato causaram já prejuízos ao interesse público.

Para garantir o funcionamento ininterrupto das carreiras de autocarros e o emprego do pessoal da Reolian, o Governo da RAEM decidiu, no ano passado, assumir a gestão dessa operadora de transporte. Tendo em conta que, na altura, os serviços competentes não cumpriram com rigor o regime jurídico da concessão de serviços públicos aquando da concessão dos serviços de transporte público, então, os activos inerentes à exploração dos serviços concedidos não puderam reverter a favor do Governo da RAEM, porque a concessionária, aliás, a Reolian, não tinha cumprido os deveres da concessão. Assim sendo, o Governo teve que, para além de não poder proceder à abertura de novo concurso público, a fim de conceder o serviço ao candidato que garantisse emprego aos funcionários existentes, alugar os activos em questão, aquando da assunção da gestão da empresa concessionária envolvida. Segundo as informações de alguns jornalistas, o Governo recusou-se a revelar o valor envolvido no aluguer desses activos, por uma questão de confidencialidade.

O aluguer de activos para garantir a assunção provisória da gestão da empresa concessionária envolvida pode ser considerado como uma medida temporária e necessária para assegurar o funcionamento ininterrupto das carreiras de autocarros e o emprego do pessoal em questão, uma vez que, de facto, esta situação de apuros foi originada pela escolha errada da forma de contrato. Em relação à referida medida



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

provisória, até ao momento, o Governo não tomou qualquer decisão. Segundo as informações de alguns residentes, uma parte dos autocarros da Reolian não é adequada para circulação em Macau, porque o degrau de acesso é muito alto. Depois da assunção da gestão da Reolian, o Governo não deixou de aproveitar estes autocarros, o que se traduz, então, no sofrimento contínuo dos residentes. Alguns motoristas de autocarros dirigiram-se ao meu escritório para manifestar as suas preocupações, resultantes da prática governativa de trabalho à porta fechada. Devido à falta de uma garantia expressa de manutenção do emprego do pessoal existente, eles temem que o Governo recorra ao pretexto da salvaguarda do funcionamento ininterrupto das carreiras de autocarros para proceder à adjudicação dos serviços de transporte, acompanhada da eventual autorização de importação de motoristas. A meu ver, o Governo deve tornar públicas as informações para eliminar as preocupações.

Em relação à assunção da gestão da empresa operadora de autocarros, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Por causa dos problemas relacionados com a escolha da forma de contrato, no momento em que o Governo assumiu a gestão da Reolian, os activos inerentes à exploração dos serviços concedidos não reverteram a favor do Governo da RAEM, o qual, por sua vez, precisou de os alugar para manter a respectiva gestão, o que causou prejuízos ao interesse público. O Governo admitiu isto? Em caso afirmativo, o Governo já exigiu a responsabilização do titular dos principais cargos envolvido?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Para honrar o compromisso de pôr em prática um “Governo transparente”, o Governo deve divulgar as informações relativas ao montante do erário público utilizado para alugar os activos da Reolian, por motivo da assunção da sua gestão desde Outubro de 2013. O Governo vai fazer isto? No caso de continuar a respectiva gestão, qual é o montante previsto do erário público necessário?
3. O Governo já procedeu a um estudo sobre a medida provisória da assunção da gestão da Reolian à custa do aluguer dos seus activos? O Governo deve prometer que, independentemente das medidas a adoptar no futuro, o funcionamento ininterrupto das carreiras de autocarros vai ser assegurado, os autocarros com degrau elevado da Reolian vão ser substituídos, o emprego do pessoal existente vai ser garantido e a política da não importação de motoristas vai ser mantida. O Governo vai fazer isto?

31 de Março de 2014.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau
Ng Kuok Cheong**